

CARISMATISMO CATÓLICO E ELEIÇÕES NO BRASIL

Carlos Eduardo Pinto Procópio
*Universidade Federal de Juiz de Fora**

Resumo: As eleições de 2010 mostraram que há uma inegável presença pública da religião quando o assunto é inserção via política. Nesse contexto, não faltou espaço para que grupos religiosos apresentassem suas questões no que tangem os direitos reprodutivos, liberdade de expressão, desenvolvimento econômico e social, gestão pública. Diante desse cenário, movimentos como a Renovação Carismática Católica viram nascer desde seu interior propostas de candidaturas com motivação sociorreligiosa. Esse posicionamento colocou, como poderemos ver, os carismáticos numa posição ambígua, a partir do momento em que produziam candidaturas a partir de um universo multiposicional. Diante disso, este artigo deseja sinalizar que a atividade política dos carismáticos é, antes de tudo, recheada de direções opostas e atravessadas que tentam se articular de alguma forma.

Palavras-chaves: Religião, política, carismatismo católico, Brasil.

Abstract: The 2010 Brazilian elections showed an undeniable public visibility of religion on political matters. In this context, they opened up room for religious groups to present their questions on the right to reproduce, freedom of speech, economic and social development, and public management. Thereby, movements such as the Charismatic Catholic Renewal behold the birth of socially and religiously motivated proposals of candidates, which placed charismatics in an ambiguous position. Therefore, this paper aims to signal that the political activity is fulfilled with opposite and crossed directions in a constant attempt to be somehow articulated.

Keywords: Religion, politics, Catholic Charismatic Renewal, Brazil

As eleições de 2010 mostraram que há uma inegável visibilidade pública da religião quando o assunto é inserção via política, produzindo um cenário afim com o que se vem ressaltando nas ciências sociais da religião acerca da relação entre religião e política. Este campo de conhecimento tem ressaltado que em tal relação “os atores religiosos [movimentam-se e trazem] a público sua linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções” (Burity, 2008, p. 84).

No referido processo eleitoral, não faltou espaço para que grupos

religiosos apresentassem suas questões no que tangem os direitos reprodutivos, liberdade de expressão, desenvolvimento econômico e social, gestão pública. Por um lado, muitas candidaturas, seja para o congresso nacional ou para as câmaras legislativas, se produziram alicerçadas naqueles temas. Por outro lado, esses temas penetraram no interior de outras tantas candidaturas, sobretudo as presidenciais, gerando entre os candidatos troca de acusações e adesões a partir de princípios religiosos.

Diante desse cenário, movimentos como a Renovação Carismática Católica não só viram nascer deste seu interior propostas de candidaturas com motivação sócio-religiosa como também se posicionaram em relação ao conjunto das eleições. Esse posicionamento colocou, como poderemos ver, os carismáticos numa posição ambígua, própria da política (Palmeira & Heredia, 2010), uma vez que tais candidaturas tiveram que se produzir procurando conformar um discurso multiposicional, haja vista que o pertencimento de um candidato a um grupo específico não pode sempre lhe garantir sucesso eleitoral, fazendo-se necessário a ampliação de suas bases eleitorais (Coradini, 2001 e 2006; Bezerra, 1999 e 2006).

Diante disso, este artigo deseja sinalizar que a prática política dos carismáticos é, antes de tudo, recheada de direções opostas e atravessadas que tentam se articular de alguma forma¹. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que religião e política se opõem, na medida em que cada uma se considera e se produz como sociologicamente diferentes, ambas também se complementam, na medida em que encontram um no outro, espaços de canalização de suas ações e desejos.

Leituras sociológicas sobre o carismatismo católico na política

Nas últimas duas décadas, as ciências sociais da religião têm produzido reflexões sobre a relação entre carismatismo católico e política que apontam ora para uma relação catequético-conversionista junto à esfera política, por um lado, ora para uma relação de composição-bricolagem junto àquela referida esfera, por outro. No primeiro caso (Prandi & Valentin, 1998; Carranza 2000), a tese é sustentada pelo fato de que os carismáticos têm a necessidade de se tornarem uma sociedade inclusiva, tendo por isso que buscar penetração em todas as esferas da vida

social visando evangelizá-las, onde a religião se sobrepõe à política. No segundo caso (Silveira, 2008; Miranda, 1999), a tese é sustentada pelo fato de que a inserção política dos carismáticos está atravessada pela própria inserção na religião, onde a entrada na esfera política é permeada pela ambiguidade e possuidora de várias formas de mediações.

Prandi & Valentin (1998, p. 171) apontam que o objetivo primeiro da vida carismática é a transformação interior, onde qualquer atuação na vida social só será exitosa se fruto de um forte amadurecimento produzido desde o íntimo do indivíduo. Essa perspectiva dos carismáticos decorreria, segundo os autores, de uma fórmula tradicional onde mudar o indivíduo seria a força motora para mudar a sociedade, focada sempre num projeto de moralização, publicizando temas como o da família como pilar da sociedade, por exemplo, onde a religião se sobreporia à política. Além disso, de acordo com esses autores, se os carismáticos apresentam certo desinteresse pela política enquanto participação e atuação militante, distanciando-se das comunidades de base, “eles não rejeitam a política partidária, [votando] com posições políticas bem definidas e ten[do] eleito como seus representantes deputados federais e estaduais, além de vereadores” (Prandi & Valentin, 1998, p. 175), demarcando, subentendendo, uma posição ao mesmo tempo defensiva e de conquista no interior da esfera política, no sentido de apresentar uma postura moralizante (defesa da família) por um lado, e de catequização (divulgação da renovação carismática) por outro.

Carranza (2000, p. 157) segue nesta esteira que coloca a religião na dianteira da política, enfatizando que “desde fins da década de 1970, o movimento começou a articular-se para ter cargos parlamentares e ocupar espaço na política nacional e local”. A autora (2000, p. 160) afirma que a participação da renovação carismática é ativa, eleitoral e partidariamente, seja lançando candidaturas próprias, seja votando nelas. Para Carranza, a inserção política dos carismáticos, sendo fruto antes de “uma trajetória interna de liderança que responde a um esquema estratégico de formação de quadros para ocupar cargos efetivos em nome da RCC e usufruir de privilégios” (Carranza, 2000, p. 163) do que um ato pessoal espontâneo em nome de Deus, tem tido como resultado uma articulação interna nas esferas de representação política, articulando muitas vezes setores conservadores e evangélicos, onde a meta é a procura de prerrogativas

que possam favorecer seus interesses (Carranza, 2000, p. 164). Dentro destas esferas representativas, os carismáticos desenvolvem, argumenta Carranza (2000, p. 165-166), um posicionamento “contra projetos de leis que visam incorporar como direitos sociais questões tais como orientação sexual (união estável de membros do mesmo sexo) e sobre os direitos reprodutivos da mulher (aborto)”, aureolando a representação com a presença confessional.

Esse posicionamento da renovação carismática teria como marca a identidade e o pertencimento à igreja católica, que identificaria, para Carranza (2000, p. 168) “um traço de neocristandade constatada [que] responde a uma postura saudosista daqueles que pretendem governar em nome de Deus e articular-se ancorados no prestígio da igreja”. Tal marca não reconhecera, aponta Carranza (2000), a autonomia moderna das esferas política e religiosa, o que implicaria, subentende-se, numa dupla consequência: produção de uma visão clientelista, onde se busca privilegiar a igreja católica e criar estratégias para recuperação de sua hegemonia; vínculo partidário instrumental, onde os partidos políticos se tornariam instâncias casuais de ascensão ao poder. Carranza demonstra a existência da primeira consequência quando afirma que “a RCC apresenta uma concepção política baseada na troca de favores, na procura de privilégios [...] fundamentada na noção política de ação política voltada para o sócio-caritativo”, o que reforçaria “as estruturas e os sistemas políticos vigentes, perpetuando o status quo” (Carranza, 2000, p. 173). Já a segunda consequência é demonstrado quando a autora aponta que “o mundo partidário é para RCC uma instância acidental que o candidato utiliza para ascender a um mandato e a partir daí assegurar os interesses do movimento” (Carranza, 2000, p. 171), uma vez que o interesse dos carismáticos é utilizar os partidos como plataforma por onde endereçam seus interesses, sobretudo os de ordem moral e privilégios para a igreja.

Na contramão dessas teses podemos encontrar aquelas que demonstram serem muitas as passagens entre religião e política e que não se resumem apenas a um relacionamento catequético-conversionista (Miranda, 1999; Silveira, 2008). Esses autores, por uma perspectiva de composição-bricolagem, mostram que mesmo que os carismáticos façam constantes menções à vocação para a política de candidatos com vivência nos grupos, ou para o caráter revelado do apoio político, ou

para a necessidade de se consolidar uma frente católico-carismática na política, existem práticas presentes na própria esfera pública democrática que não são negligenciadas, como a utilização do marketing político, o conhecimento da burocracia estatal, a ênfase em princípios democráticos, a ética como fundamento da ordem política, entre outros.

Argumentando sobre a inserção dos católicos carismáticos na política, Miranda sinaliza que a adesão de candidaturas realizadas nesse âmbito depende da elaboração de “um discurso bem articulado [...] onde fique estabelecida a ligação necessária entre ambas as esferas, de forma a garantir-lhe o lugar de ‘porta-voz’, transformando interesses pessoais na humildade da disposição de assumir a prática política como ‘missão’ / ‘ministério” (Miranda, 1999, p. 119). Ao mesmo tempo, essas candidaturas necessitam fugir dos perigos que rodeiam a política, como a corrupção e o assistencialismo, colocando “a fé a serviço da política, pautando a ação nessa área pelos valores do Evangelho” ao mesmo tempo colocando sua pertença religiosa como um “selo ético [para] o exercício cristão da política” (Miranda, 1999, p. 123).

Silveira, por sua vez, afirma que existe uma “mistura de códigos, performances, uma hibridação de dois mundos, o da intersubjetividade carismática e da política” (Silveira, 2008, p. 204). Nessa direção, aponta que os termos vontade e missão tornam-se estruturantes para a prática política dos carismáticos, ao mesmo tempo em que “visões e imagens no lugar de pesquisas de opinião, santinhos no lugar de gastos enormes, [...] mobilizam todo um ethos compartilhado por milhares de pessoas” (Silveira, 2008, p. 206). Para Silveira, o que as candidaturas carismáticas católicas fazem é deslocar princípios da religião para a política visando construir adesões, fazendo isto quando usam a “liturgia do rito do político cotejado e abalroado pelas batinas, bíblias e louvores, estridentes, guitarra, violão, site e chats do movimento carismático católico” (Silveira, 2008, p. 215).

Se a vantagem de uma leitura catequético-conversionista está no fato de que com ela se pode apreender um projeto político carismático claro e bem definido, a vantagem da leitura composição-bricolagem está no de poder perceber os arranjos e mutações desse mesmo projeto. Não se pode negar a existência de projeto político carismático que muitas vezes pode esbarrar no clientelismo ou numa pretensa cristandade, mas

a prática política dos carismáticos não se resume a isto, pois se por um lado a religião penetra na política, por outro a política penetra na religião, acionando códigos e sentidos que dão outra roupagem para a experiência dos carismáticos no âmbito político.

O caráter multiposicional da produção de candidaturas políticas

Durante um processo eleitoral, cada cidadão se defronta com diversos projetos e propostas voltados para a condução do que é conhecido como república. No decorrer desse processo, cada projeto e proposta acabavam gerando a adesão de parte do eleitorado, seja por sugerir a este alguma forma de conduzir a vida pública, seja por expressar nele sentimentos de rejeição ou preferência em relação a determinados tipos de candidatos ou candidaturas. Nesse sentido, votava-se em candidatos de um único partido, quando a pessoa se sentia compromissada (por que o voto é um tipo de compromisso, palpável ou abstrato) com alguma ideologia ou projeto político; votava-se em candidatos de uma mesma região ou segmento social, independentemente se são do mesmo partido ou não, quando a pessoa priorizava lograr benefícios para sua comunidade de pertencimento; entre outras possibilidades.

No tocante aos candidatos e as candidaturas, visto o caráter de adesão que o voto carrega, elas precisam procurar “conquistar adesões por meio de compromissos criados por sua própria ação na época da política” (Palmeira & Heredia, 2006, p. 48), sobretudo porque “na hora de votar, as pessoas acompanham a facção a que pertencem ou em quem votam as pessoas com quem tem compromissos (com que estão comprometidas e/ou com que se sentem comprometidas)” (Idem.). Nesse cenário, as candidaturas têm por indispensável “a preocupação com a adequação” (Palmeira & Heredia, 2006, p.52) – que é uma exigência do compromisso que se quer estabelecer –, sendo preciso criar dispositivos de penetração no público/eleitorado desejado, o que faz vigorar um sistema de trocas onde “doar errado pode resultar em perda de votos” (Idem.). Assim, as trocas podem variar desde a entrega de cestas básicas até o compromisso firmado em relação a determinados valores, passando por promessas em relação à infraestrutura e a reformas na organização do Estado,

construindo uma rede de adesões que pode contribuir para o sucesso do candidato nas urnas.

Essa rede de adesões pode em algum momento conjugar reivindicações divergentes, como quando aparecem candidatos e candidaturas apoiados ao mesmo tempo por algum segmento religioso, econômico ou ideológico ou quando esses candidatos e candidaturas sofrem com a tensão de ter que passar de uma esfera para outra, como religião e política (Miranda, 1999; Silveira, 2008) ou como mercado e política (Scotto, 2004). Isso também ocorre, sobretudo, quando um desses segmentos não pode garantir ao político a margem de votos necessária para fazê-lo vitorioso, o que faz com que ele tenha que percorrer âmbitos diversos e se comprometer com questões que podem em algum momento ferir mutuamente os âmbitos que percorreu.

Odaci Coradini afirma que muitos candidatos estão “inseridos num sistema multiposicional”, que os faz “lançar mão de mais de uma base de recursos e esferas sociais, de acordo com seu trajeto e inserção social e política e as afinidades possíveis” (Coradini, 2001, p. 14). Nesse sentido, analisa as relações estabelecidas no vínculo a determinados segmentos como recurso eleitoral, como sindicatos, organizações de empresários e produtores rurais, igrejas, filantropia e funcionalismo público, visando “por em relação indicadores de origens e trajetórias sociais com características ou recursos utilizados como fundamento de legitimação” (Coradini, 2001, p. 9). Para Coradini, a adesão a essas bases seria preponderante para o estabelecimento de compromissos que conformam o voto, tornando o candidato palatável para segmentos distintos sem gerar rupturas.

Essa capacidade multiposicional pode ser encontrada em candidatos ligados a movimentos religiosos como a Renovação Carismática Católica (RCC), que vão se meter nas eleições acionando uma representação múltipla, onde elementos religiosos (defesa da igreja, da família, da vida, etc.) serão somados à elementos políticos (desenvolvimento, ética, distribuição de benefícios, benfeitorias, etc.), visando produzir um candidatura que possa lograr sucesso ao final do escrutínio.

Candidaturas políticas na carismatismo católico

Vou me deter sobre duas candidaturas, a de Odair Cunha e a de

Gabriel Chalita, ambos formados no interior da RCC e com o apoio dela lançados candidatos. A produção da campanha de Odair Cunha, candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do estado de Minas Gerais (MG), se constituiu pela formação de uma ampla rede de apoios que envolveram religiosos e lideranças do catolicismo carismático, de um lado, e políticos e lideranças nacionais e regionais, de outro. Já a de Gabriel Chalita, candidato a deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo (SP), teve como base de apoio, além dos religiosos e lideranças do movimento na qual faz parte, um grande número de personagens do meio intelectual e artístico paulista. Suas redes de apoio refletem sua condição, católico-carismática, em ambos os casos, de escritor, professor e apresentador, no caso de Chalita, de porta voz local e interlocutor nacional, no caso de Cunha.

Pelo lado de Cunha, podem-se encontrar dois apoios de religiosos: por um lado Frei Rinaldo, diretor da TV católica Século XXI, que não só afirmava conhecer o candidato como também enfatizava ter por ele admiração, pois dizia conhecer seu trabalho na política, onde “é um homem de Deus, um homem que está lá no meio político representando os interesses da cidadania, dos interesses do cidadão e acima de tudo com os padrões éticos, morais”; por outro o Padre Eduardo Dougherty, fundador da referida rede de TV e um dos introdutores da RCC no Brasil, que apontava que Cunha “tem a vocação de defender os valores da Igreja ali, no Congresso Nacional, o trabalho que ele tem feito vai continuar, eu não tenho dúvida, ele tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais”.

No que tange ao apoio de lideranças religiosas, encontra-se, por exemplo o apoio de Lázaro Praxedes, líder da RCC Nacional, que diz apoiar Odair Cunha, porque este “tem mostrado através de todo o mandato que ele é um homem íntegro, que tem se envolvido com causas sociais, é um pregador da palavra de Deus – é um homem que está disposto a semear a cultura de Pentecostes”. Na mesma direção vai o apoio Adriano Ventura, vereador de Belo Horizonte (MG) e membro da RCC, que afirmava que “Odair é um bom representante dessa nova safra de políticos coerentes, competentes, com a verdade do Evangelho, com a transformação social”. Uma outra liderança nacional da RCC, Ironi Spuldaro apontava que “é possível mudar a realidade de Justiça, de Leis de Morte de opressão que

tem sido colocado sobre o nosso povo [e] Odair é uma pessoa que está com a Renovação Carismática, comprometido com os nossos projetos”.

Além destes apoios, temos o de Tânia Araújo, coordenadora do Ministério Fé de Política da RCC-MG, que sinalizava que considerava o “trabalho do Odair algo que enobrece porque ele consegue conciliar trabalho de fé - como ser cristão, como uma pessoa que acredita no amor de Deus - e ao mesmo tempo, ele trabalha em prol do ser humano”. Segundo este apoio, Odair não “era uma pessoa totalmente ligada a fé nem totalmente ligada a política”. Para ela “nenhum dos dois tirou ele do caminho ao qual ele foi chamado, que é: trabalhar para o ser humano, trabalhar em prol de um mundo melhor para a humanidade [...] porque ele consegue equilibrar esses dois lados, ele consegue passar esse amor do ser humano – tanto do contexto da fé quanto no contexto da ação e de transformação de uma sociedade”.

Já nos apoios recebidos de uma base especificamente política, podem-se encontrar depoimentos como o do deputado federal João Paulo Cunha (PT/SP), que dizia que Cunha era um candidato que se destacava como ser humano, “uma pessoa humana, aberta para ouvir os companheiros, sempre dialogando, uma pessoa que trás valores humanos cristãos importantes para a vida política que a gente leva”, ao mesmo tempo sendo alguém responsável pela unidade da bancada de seu partido e do governo e com grande capacidade na área técnica, “enfrentando Direito e Economia, todas tarefas designadas ao Odair, quer seja na área do Direito, quer seja na área da Economia, ele pegou, tratou bem, deu conta do recado e mostrou que é um grande deputado”.

Um outro apoio veio do deputado federal José Genuíno (PT/SP), que afirmava que “o Odair é um companheiro que tem a bondade, a competência e a rebeldia no sentido de inovar, de buscar o novo, e pra mim foi uma experiência muito positiva a convivência com o Odair, porque ele sempre contribui, ele sempre tem solução, ele sempre dá caminhos e é dessa maneira que a gente faz a política: com carinho, com amor, com convicção, com sonho, com paixão e Odair representa isso”. Henrique Fontana [deputado federal pelo PT/Rio Grande do Sul (RS)], por sua vez, acrescentava que Cunha “é um formador de opinião, ele foi relator de uma série de matérias decisivas, no apoio ao governo do presidente Lula ele é um dos deputados de linha de frente”. Sinalizava ainda que “se eu fosse

você e tivesse votado no Odair, teria muito orgulho: o Odair é um amigo, é gente, é alguém comprometido com aquilo que eu chamo de boa política, a política que transforma nossa vida numa vida melhor”.

Nestes apoios, pode-se inferir que Cunha situava-se dentro de uma rede de apoios oriundos da “grande política” que davam vazão para reforçar sua identidade religiosa travestida na figura de boa pessoa e bom político, quando afirmava-se que Cunha era “uma pessoa humana [...] que trás valores cristãos importantes para a vida política que a gente leva”, ou quando enfatizava-se que Cunha “tem bondade, competência e rebeldia”, fazendo a política “com carinho, com amor, com convicção, com sonho, com paixão”, procurando transformar “nossa vida numa vida melhor”.

Ainda dentro da grande política vêem-se depoimentos como o do então Ministro do Turismo Luiz Barreto, que ressaltava que “Cunha é um grande deputado, incansável em fazer reivindicações para o estado de Minas; não me deixa esquecer um minuto a importância de Minas, tem uma presença freqüente em todos os Ministérios, aqui no Turismo também, têm apresentado um conjunto de emendas muito importantes para o desenvolvimento do turismo de Minas Gerais”. Nesta esteira também segue tanto o apoio do deputado federal Maurício Rands [PT/Pernambuco (PE)] quanto do candidato a vice-governador do estado de Minas Gerais Patrus Ananias (PT/MG). O primeiro quando argumentava que “muitos dos projetos que nós aprovamos aqui na Câmara dos Deputados, estratégicos para o desenvolvimento nacional, ao crescimento com inclusão, com distribuição de renda, tiveram a digital do deputado Odair Cunha”, o segundo quando relatava que “a medida provisória que o presidente encaminhou para a criação do programa Bolsa Família e o Odair foi designado como relator da matéria, demonstrando muita competência, muita dedicação e a partir daí ele começou a ser considerado um dos deputados mais atuantes, presentes, competentes da Câmara dos Deputados”.

Os aspectos encontrados na “grande política” tem seus reflexos na “pequena política”. Por um lado encontram-se apoios como o de um vereador da cidade de Guaxupé (MG) Mauri Palus, que declara apoio a Cunha “pela dedicação e força de vontade do deputado em auxiliar e trabalhar pelas causas sociais, pela maneira de conduzir e a insistência por ética, por ideologia, por transparência e por sinceridade”. Do mesmo

modo pensa o vereador Vanderlei Andrade, da cidade de São Tomás de Aquino (MG), enfatizando que “em nossa cidade, ta muito ótimo, ta ótimo demais, tem ajudado nós bastante e pela sua humildade e sinceridade e sua grandeza”. Por razões pessoais também é a declaração de Paulo de Tarso Faria, vereador de Pains (MG), que dizia que “Odair Cunha ta colocando ética na política, é o que ta faltando pra gente: uma ética na política nacional; e a gente vê que é uma pessoa de bem, uma pessoa honesta, uma pessoa ética; e é disso que a gente precisa, principalmente de jovens; a gente vê que é um jovem deputado tentando melhorar e vai conseguir bastante melhorar a condição de vida da nossa população”.

Numa direção diferente segue outras declarações de apoio, como o do prefeito de Campanha (MG), Roberto Silva, que via em Cunha “hoje, 3º secretário da Câmara e também, a referência junto a muitos ministros e até mesmo à própria presidência, porque sempre tem referências a temas de grande relevância [que] são entregues ao Odair para que ele possa relatar [...] Ele representa o Partido dos Trabalhadores, toda bancada, não só de Minas, mas também, a bancada nacional do Partido dos Trabalhadores. Isso credencia para continuar representando a nossa região, representando Minas Gerais e principalmente a cidade da Campanha, que tem todo um carinho especial e uma gratidão muito grande por tudo que o Odair tem feito pela nossa cidade: sendo nosso verdadeiro interlocutor em Brasília”. Do mesmo modo pensa um vereador de Muzambinho (MG), Gilmar Labanca, quando diz que “eu tenho percebido que o deputado, ele é atuante, e na nossa região, eu vejo assim: ele atua de forma efetiva aqui na nossa região, então, essa é a minha opção, eu tenho acompanhado o trabalho dele; por isso o apoio, por isso to aqui pra apoiar e dizer pra ele que, realmente, em Muzambinho nós vamos apoiá-lo com toda a força para fazer, inclusive, majoritário em Minas”.

Este tipo de apoio que reforça a representatividade do candidato aprofunda-se nas opiniões de alguns vereadores: Admilson Ferreira, da cidade de Campanha (MG), afirmava que “recentemente ele [Odair Cunha] arrumou uma Emenda pra compra de uma patrol, 500 mil reais, e arrumou mais 400 mil reais pra infra-estrutura da minha cidade e é disso que a gente precisa - deputado comprometido com o povo - por isso que eu o apoio”; Darci Paiva, de Careagu (MG), por sua vez, argumentava que “apoio Odair pelo que ele vem desenvolvendo na nossa cidade, como a emenda pelo

poliesportivo na nossa cidade, mais uma emenda que ta chegando agora para o hospital... um deputado muito atuante e que ta presente com o povo em toda região... então a gente vê que é um cara conhecido da nossa região, por isso que a gente apóia ele pra essa candidatura de 2010”.

Pelo lado de Gabriel Chalita, encontra-se apoio religioso como o de um padre do interior do estado de São Paulo, que quando perguntado sobre se um candidato católico [Gabriel Chalita], ligado às causas da Igreja, faz diferença num ambiente como o Congresso Nacional, respondeu que “é por aí que devemos começar o nosso trabalho... uma pequena formiguinha, vamos aumentando, criando raízes, nos unindo nesta luta para que isso aconteça em breve no nosso país, no nosso mundo... porque nossos irmãos de outras crenças, outras [denominações] religiosas tem os seus candidatos, tem as pessoas que eles defendem, que eles apóiam, para ajudar a sociedade”. Além disso, o padre enfatizou que um candidato “que tenham esses princípios humanos, valores cristãos, valores humanos, [poderá] destruir, vamos dizer assim, essa raposa criada, como nós dizemos, na sociedade de hoje e construir um mundo mais fraterno, mais justo, através das pessoas que tem as condições necessárias e dignas como pessoa e como cristão, de fazer aquilo que é mais possível para o bem de toda a sociedade, como o bem também da própria Igreja, como representantes católicos que eles são, no Congresso, no Senado, como presidente, assim por diante”.

Reforçando isto, outro padre sinalizou que “existe uma política, no bom sentido de “P” maiúsculo e essa política é a promoção do bem comum”, onde Chalita representava a pessoa capaz de assumir esta responsabilidade, concluiu. Ainda nesta esteira, outro padre enfatizou que “precisamos de grandes homens como ele, educadores que tem valores cristãos, [sendo] muito importante para nós um grande líder na câmara dos deputados em Brasília”, sobretudo porque Chalita pode ser considerado “um homem honesto.. e tenho a certeza que Chalita vai ser um exemplo e espero que ele consiga muitas coisas para nossa área da educação e pro Brasil”.

Dentre os apoios vindos de outras bases, pode-se visualizar o do

Maestro Julio Medaglia, que enfatizou ter Chalita “uma brilhante carreira, como escritor, educador e homem público... que ela siga com o mesmo ritmo agora lá em Brasília, para nos defender, apresentar projetos”. Já o Presidente da Academia Paulista de Letras, José Renato Nalini, reiterou que Chalita é um líder, um educador cativante porque todas as suas orações são orações belíssimas, calcadas em filosofia, em ética e ele transmite muito bem aquilo que ele pretende expor, como educador que é, como pedagogo, como escritor... é uma unanimidade: todos gostam dele... cativa jovens, idosos, todas as pessoas das quais ele se aproxima ficam encantados com a disponibilidade dele, com a simpatia e principalmente com a sinceridade, ele é uma pessoa muito franca, coerente - vive aquilo que prega – e, portanto, nós gostaríamos de vê-lo cada vez mais alto, confiamos na eleição dele”. Na mesma trilha, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do estado de São Paulo, dizia que Chalita é “um homem público comprometido com as causas maiores do nosso estado e do nosso país, [e] que Deus o ilumine e faça uma boa campanha e possa bem representar o povo de São Paulo”.

Somam-se a esses apoios aqueles que ressaltavam sua qualidade para tratar de temas ligados a educação, uma vez que havia sido secretário da educação do estado de São Paulo (2003/2007). O ator Paulo Goulart, o maestro João Carlos Martins e a escritora Lígia Fagundes Telles, depuseram a favor de Chalita ressaltando sua capacidade para lidar com o tema da educação. O primeiro dizendo que “todas as pessoas que tenham um envolvimento direto com a educação e com a cultura, merecem o nosso apoio”; o segundo dizendo que “a educação em São Paulo teve um enorme privilégio de ter Gabriel Chalita como seu secretário”; e a terceira que contou que “era uma jovencinha em flor, [quando] um dia eu escrevi: ‘o dia em que o Brasil tiver mais creches e mais escolas, ele terá menos hospitais e menos cadeias’. Eu era uma jovencinha. Então, o Chalita, através justamente, da Educação, ele está concordando com aquela garotinha da Faculdade de Letras do Alto São Francisco que disse isso um dia”.

A isso se acrescenta o apoio do prefeito de Botucatu (SP), João Cury Neto, que acreditava ter sido Chalita “um grande Secretário da Educação, uma referencia para todos nós; [que] revolucionou a educação e que pode fazer muito mais, tenho certeza que vai fazer”, bem como o apoio de um diretor de uma escola do interior paulista, que afirmava

que “eu acho que é um momento único que nós temos como educadores de dar um voto mais consciente... seria um voto para uma pessoa que trabalha em educação e que conhece educação e que sabe certinho o que é preciso para que a educação realmente aconteça no Brasil e alavanque o desenvolvimento do nosso país”. Na mesma direção vai o apoio do reitor de uma universidade privada de São Paulo, que dizia que “Gabriel Chalita já foi Secretário Educação do estado de São Paulo, fez projetos importantes como a Escola da Família e a Teia do Saber, em que foram capacitados milhares de professores da rede estadual de ensino”.

Os sentidos da política do carisma católico

A composição multiposicional sobre a qual se constitui as candidaturas carismáticas coloca estas num cenário interpretativo onde se faz necessário levar em consideração tanto suas motivações e implicações sócio-religiosas quanto suas motivações e implicações sócio-políticas. Nesse sentido, tanto a sociologia e a antropologia da religião quanto a antropologia da política servirão como fulcros compreensivos que, articulados à sistematização dos dados apresentados, permitirão a “construção de modelos de inteligibilidade” que, apesar de voltados para a análise de um contexto determinado, poderão servir “como matriz de deciframento de contextos outros” (Goldman, 2006, p. 206).

Olhando para a qualidade dos apoios de Cunha vindos do interior da RCC, nota-se uma inclinação para a produção de um vínculo explícito para com esta, que o faria como um porta-voz do movimento, quando se ressaltava que o referido candidato estaria no meio político representando “padrões éticos, morais” ou que é um vocacionado para “defender os valores da Igreja”, ou ainda quando é colocado como um benfeitor dos projetos do carisma católico, “ajudando muito a TV Século XXI, a nossa expansão”. Isso também se expressa nas posições que vêem Cunha um “pregador da palavra de Deus [...] disposto a semear a cultura de pentecostes”, bem como nas que ressaltam que ele é um representante que está com “a verdade do evangelho” e que “está com a Renovação Carismática, comprometido com os nossos projetos”.

Na mesma direção vai parte do apoio recebido por Chalita, quando estes se desdobram em afirmações como “é por ali [no congresso] que

devemos começar o nosso trabalho [...] aumentando, criando raízes, nos unindo nesta luta [...] para ajudar a sociedade”, ou reiterando que a inserção no congresso de candidatos católicos pode ser algo voltado para “o bem da própria Igreja, como representantes católicos que eles são”, ou mais ainda quando afirma-se que “precisamos de grandes homens como ele, educadores que tem valores cristãos [...] um grande líder na câmara dos deputados”.

Esse cenário pode sinalizar para o que Brenda Carranza vê ressaltando quando da intenção da RCC na esfera política. Para ela, essa inserção, como em todos os campos da esfera social, seria deixar a marca do movimento, representá-lo nessas esferas e conseguir privilégios, focando na “identidade e pertença à Igreja” (Carranza, 2000 p. 168). Tanto Cunha quanto Chalita fazem isto, a partir do momento em que são considerados nomes que vão estar no congresso defendendo os interesses da Igreja Católica, seus valores e seus interesses. Nesse sentido, o lançamento de candidaturas, como as supracitadas, para Carranza (2000, p. 164), proporcionaria “à RCC uma articulação política dentro do Congresso Nacional, para, em nome da Igreja, procurar certas prerrogativas”, onde as questões levantadas neste âmbito estariam “centradas em temáticas morais e religiosas, marcando presença confessional”. É por conta disso que, segundo Carranza, a RCC não reconheceria a autonomia existente entre política e religião, o que forneceria certa conduta pré-moderna da própria esfera política, o que faria da representação carismática caracterizada pela “procura de privilégios e a busca estratégica da recuperação da hegemonia perdida [pela Igreja Católica]” (Carranza, 2000, p.168).

Por outro lado, esses dados apontam para o que Julia Miranda afirmou sobre as condições de inserção dos carismáticos na política, que tem a ver com a produção de um “um discurso bem articulado [...] onde fique estabelecida a ligação necessária entre ambas as esferas, de forma a garantir-lhe o lugar de ‘porta-voz’, transformando interesses pessoais na humildade da disposição de assumir a prática política como ‘missão’/‘ministério”” (Miranda, 1999, p. 119). Por conta disso, segundo a autora, coloca-se “a fé a serviço da política, pautando a ação nessa área pelos valores do Evangelho” (Miranda, 1999, p. 123). Isso se expressa nos apoios de Cunha e Chalita, seja quando estes são colocados como benfeitores da Igreja Católica, seja quando suas vivências religiosas

propaladas os direcionam para a condição de defensores de valores religiosos considerados essenciais para a vida humana.

Uma outra questão dentro dessas candidaturas tem a ver com a produção de um outro vínculo missioneiro que coloca o ser humano na frente de qualquer questão religiosa ou política. Isso pode ser pensado quando Odair Cunha é colocado como “homem de Deus” a serviço dos “interesses da cidadania, dos interesses do cidadão”, ou quando é apresentado como “um homem íntegro [...] envolvido em causas sociais” que pertenceria a uma “safra de políticos coerente, competentes” e comprometidos “com a transformação social”. Do mesmo modo ocorreria com os apoios que ressaltavam seu vínculo político e religioso direcionados por um causa maior, “o caminho ao qual ele foi chamado”, que é conciliar fé e política em benefício do ser humano e “em prol de um mundo melhor para a humanidade”.

Soma-se a isso o aparecimento de ideias como a de boa pessoa e de bom político, como podem muito bem demonstrar os depoimentos que afirmam que Cunha é dedicado e voluntarioso pelas “causas sociais”, ou os que sinalizam que ele conduz sua atividade com uma “insistência por ética, por ideologia, por transparência e por sinceridade”. A isso se acrescentam aqueles apoios que ressaltam que Cunha “tem humildade, sinceridade e grandeza” na sua atividade, bem como aqueles que afirmam que o candidato “ta colocando ética na política”, e que “é uma pessoa de bem, uma pessoa honesta, uma pessoa ética”, voltado para “melhorar a condição de vida da nossa população”.

Por sua vez, os apoios de Chalita enfatizam também uma política pautada em um vínculo missioneiro pautado em princípios universalistas como o bem comum e honestidade, tal como apresentados em Cunha. Provam isso argumentos que demonstram que o candidato vai contribuir para “construir um mundo mais fraterno, mais justo” e que ele é “um homem honesto” que pode conseguir “muitas coisas para nossa área da educação e pro Brasil”. Essa natureza de declaração de apoio vai encontrar ressonância naqueles depoimentos vindo de uma base não religiosa, o que permitirá pensar num continuum entre parte do segmento não religioso com o segmento religioso.

Os apoios vindos de bases não religiosas são um continuum de uma parte dos apoios oriundos de suas bases religiosas quando princípios

universalistas são acionados na produção da candidatura de Chalita. Isso se prova a partir dos depoimentos que enfatizam ser o candidato detentor de “uma brilhante carreira, como escritor, educador e homem público”, como também o fato de ser “um grande líder, um educador cativante”, do mesmo modo que seria “um homem público comprometido com as causas maiores do nosso estado e do nosso país”. Além disso, o tema da educação, como recurso utilizado para referendar o perfil do candidato, lhe dá mais uma vez um caráter universalista, porque carregava consigo a marca de ser um candidato comprometido com a educação e reconhecido por isso, tal como exponenciado pelas falas do maestro, do ator e da escritora vistos nas páginas anteriores.

Numa certa direção reflexiva, o cenário apresentado em relação às candidaturas de Cunha e de Chalita, podem ser pensadas como um tipo de teleologia. Os depoimentos colocam as candidaturas direcionadas para a configuração de um telos que pode impactar fortemente o imaginário político de cada uma das candidaturas, onde os termos política como vocação e missão apareciam bem marcados. Isso torna possível com que o telos almejado defina a prática política (Camurça, 2006), porém orientado por um plano religiosamente orientado, transcendente à realidade. Esse telos coloca no horizonte das candidaturas carismáticas um fim a ser atingido, configurando uma política pautada na ética, no cuidado, na integridade, forjados desde o interior da própria agremiação religiosa, convertendo a esfera política representativa numa esfera de ação religiosa.

Por outro lado, as características pessoais de cada candidato que se dizia serem preponderantes para sua vida política exitosa colocam em evidência o tema da boa pessoa e da pessoa política. A questão da boa pessoa vem sendo tratada na antropologia como “um lócus de representação ideal do político, com a especificação de determinados atributos concretos” (Chaves, 1996, p. 142), onde “ser boa pessoa é uma suposta garantia de que o candidato será bom político, um bom político pode ser aquele que se faz parecer boa pessoa” (Chaves, 1996, p. 142). Tal categoria, que carrega consigo a insígnia do valor cristão que é atribuído à “pessoa humana”, irmanados pela paternidade divina, tem como reflexo o reconhecimento do vínculo pessoal, decorrente da condição de irmandade, que pode ser receptáculo de favores e pedidos.

Há ainda outros sentidos e direções. Cabe ressaltar que existe uma

lógica “menor” da representação, onde o candidato que representa o é porque se torna um intermediário dos problemas locais e que usa sua posição para poder atender as necessidades de sua região, tal como pode ser visto nos casos em que os apoios a Cunha se produzem sob argumentos como “tem feito pela nossa cidade”, “nosso interlocutor em Brasília”, “ele atua de forma efetiva na nossa região”, “arrumou uma emenda pra compra de uma patrol”, “pra infra-estrutura da minha cidade”, “um deputado muito atuante e que tá presente com o povo em toda região”.

Nesse sentido, pode-se inferir que tal cenário reforça o que Marcos Bezerra salienta sobre a relação entre políticos e suas bases, onde se reconhecesse que “o atendimento de pedidos de caráter particularista provenientes do que designam como suas bases eleitorais” (Bezerra, 1999, p. 11-12) é parte constitutiva da vida dos políticos, o que certamente mobiliza o imaginário dos apoios de campanha, uma contra-dávida necessária para a declaração do voto, sobretudo porque os políticos, para Bezerra, são “como mediadores de demandas de eleitores e lideranças políticas junto aos órgãos federais” (Bezerra, 1999, p.13). Nessa direção, o que é colocado em jogo é uma teoria da representação fundada em laços de intimidade e necessidade, onde o poder político é (re)produzido a partir da concessão de serviços e favores (Bezerra, 2006, p. 182). Nessa direção, Coradini afirma que, nestes casos, ocorre o que ele chama de *brokerage* (prestação de serviços), fruto de “uma forte vinculação com as origens sociais, porém, mais que a posição de origem, o que está em pauta são as respectivas esferas de atuação em que [os candidatos] inserem suas trajetórias sociais e profissionais e, conseqüentemente, os esquemas dos quais são interpretadas essas origens” (Coradini, 2001, p. 189).

Por fim, pode-se encontrar nas candidaturas características que ressaltavam as habilidades técnicas dos candidatos, sobretudo quando estes eram apresentados como vinculados a algum tipo de projeto ou iniciativa. Pelo lado de Cunha, encontram-se os elogios pela sua relação com os temas do direito e da economia, ou do desenvolvimento nacional e inclusão social, como quando também enfatizava-se seu poder de articulação. Por outro lado, o candidato também era colocado como “um formador de opinião”, “um dos deputados de linha de frente”, que “tem presença frequente em todos os Ministérios”. Pelo lado de Chalita, os projetos que o candidato havia feito enquanto secretário da educação, o

coroavam com um perfil técnico do saber fazer, como pôde ser observado em falas como “um grande secretário da educação [...] que revolucionou a educação”, que “fez projetos importantes como a Escola da Família e a Teia do saber”.

De acordo com Coradini (2001), colocar em evidência o exercício de funções públicas e o êxito dentro delas é um elemento eficiente na condução de campanhas políticas. Essa prática deixa os candidatos na condição de galgar uma posição de excelência, se colocando como disponível em assumir a função de broker, podendo, com isto, aumentar seu capital eleitoral por meio de seu capital político.

Conclusão

Ao optar pela ideia da composição multiposicional de candidaturas políticas, este texto desejou marcar uma distinção em relação a uma forma habitual de se analisar a relação entre religião e política (salientada nas primeiras páginas deste texto), principalmente quando da presença de candidatos apoiados por grupos religiosos em processos eleitorais. Não só porque isto dá margem para um espectro maior de possibilidades para a análise do fenômeno, mas, sobretudo, porque torna possível compreender as articulações que os candidatos vindos de grupos religiosos fazem visando uma posição eleitoral satisfatória - ainda mais quando os votos conquistados no interior do próprio grupo podem se tornar insuficientes quando o que se quer é um resultado expressivo nas urnas.

As candidaturas de Odair Cunha e Gabriel Chalita, avaliadas a partir de suas redes de apoio, ajudam na compreensão de como uma candidatura se faz a partir de um universo multiposicional por excelência. Por mais que suas motivações sejam inegavelmente religiosas, por possuírem uma identidade religiosamente marcada, acumulam, ao longo de suas trajetórias políticas bem como durante seus movimentos de campanha, outras redes sociais e simbólicas, que vão desde a amizade e o respeito de personagens na cena política ou cultural, à vínculos orgânicos com lideranças locais. Fazem isso, contudo, sem deixar de lado os vínculos cunhados dentro da esfera religiosa da qual fazem parte e pela qual foram impulsionados para a política.

Notas

* Antropólogo, doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora; professor de Sociologia e Filosofia do Instituto Federal de Sudeste do Estado de Minas Gerais; professor de Antropologia e Sociologia da Universidade do Estado de Minas Gerais

¹ As reflexões que compõem este texto foram parcialmente apresentadas no Grupo de Trabalho Religião y Política durante as XVI Jornadas Sobre Alternativas Religiosas em America Latina, realizado entre os dias 01 e 04 de Novembro de 2011, em Punta Del Este, Uruguay.

Referências bibliográficas

- BEZERRA, Marcos. *Em nome das bases*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- _____. O “Caminho das Pedras”: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- BURITTY, Joanildo. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, 2008. pp. 83-113.
- CAMURÇA, Marcelo. Revolução e imaginário no ideário comunista, In: SALGADO, Gilberto. *Cultura e instituições sociais*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2006.
- CARRANZA, Brenda, Renovação carismática católica: origens, mudança e tendências. Aparecida: Santuário, 2000.
- CHAVES, Christine A. Eleições em Buritis: A Pessoa Política. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- CORADINI, Odacir. *Em nome de quem?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- _____. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- MIRANDA, Julia. *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. *Teoria e Cultura*, v. 1, n. 1, 2006. p 35-58
- _____. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PRANDI, Reginaldo & VALENTIN, Fernando Farias. A renovação carismática e a política. In: PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito*. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 171-181.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. 'Terços', 'santinhos' e versículos: a atual relação entre os carismáticos e a política. *REVER*, 2008, pp. 54-74.